



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Macedo da Silveira, Cássia Daiane
Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX
Revista Estudos Feministas, vol. 24, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 239-260
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38143846015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cássia Daiane Macedo da Silveira

Universidade Federal do Pampa, RS, Brasil

Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX

Resumo: Este artigo analisa os embates vividos pelos membros da Sociedade Parthenon Literario, associação cultural fundada em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, na tentativa de empreender a instrução das mulheres na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entende-se que essa Sociedade foi um espaço onde se cruzaram diferentes interesses no que concerne a esse assunto, onde diferentes possibilidades e projetos de futuro entravam em conflito. Nesse jogo de forças em que se disputava modelos culturais e políticos, pode-se entrever as estratégias das partes envolvidas, mais fracas ou mais fortes, para acomodar suas ideias no seio da instituição. As fontes utilizadas são, principalmente, os textos da Revista da Sociedade, as atas do grupo e os livros de memórias escritos por seus membros.

Palavras-chave: história das mulheres; ensino feminino; século XIX.



Esta obra está sob licença Creative Commons.

Há, ainda, uma visão comum de que as mulheres do passado foram, de maneira absoluta, excluídas do espaço público, o espaço da cidade, da tribuna. De fato, percorrendo os arquivos, logo percebemos o caráter normativo de uma série de discursos acerca da forma mais adequada de comportamento às mulheres. O século XIX foi especialmente rico nesse tipo de produção, como observa Michelle Perrot:

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas.¹

¹ Michelle PERROT, 1992, p. 179-180.

Perrot, todavia, também reconhece a profunda diferença entre os discursos e as práticas que uma pesquisa mais próxima dos atores sociais pode revelar. Ela nos leva a pensar, por exemplo, numa constante mobilidade entre as fronteiras do público e do privado, não havendo estruturas fixas que mantenham os indivíduos aferrados a um ou a outro.² Natalie Davis, por sua vez, nos alerta para a tendência de pensarmos as mulheres do passado como se fossem muito

² PERROT, 1998.

parecidas umas com as outras. Em pesquisas mais próximas aos agentes sociais, estas supostas semelhanças se matizam, ficando evidente um quadro mais diversificado das possibilidades de agência dos sujeitos. Numa tal investigação, seria possível observar mais de perto como as normas efetivamente eram manipuladas pelos indivíduos, não se constituindo, necessariamente, em entraves à sua ação. Em muitos casos, inclusive, potencializavam-na. Se as normas sociais criam limites, os indivíduos constroem estratégias variadas para contorná-los.³

Neste artigo, analiso um episódio que me parece esclarecedor dos limites e possibilidades da atuação feminina na vida pública brasileira. Concebendo a cultura como um campo de conflitos, interpreto a atuação de Luciana de Abreu (professora pública que viveu em Porto Alegre na segunda metade do século XIX) na tribuna de uma sociedade literária, ao mesmo tempo apontando as brechas que a ela se abriam e os limites que lhe eram impostos.

O grêmio ao qual Luciana se associou foi a *Sociedade Parthenon Litterario*, fundada em Porto Alegre no ano de 1868, perdurando até 1885.⁴ Essa *Sociedade* buscou “civilizar” a população rio-grandense (e brasileira, em última instância) através de uma “pedagogia exemplar”, que via na imitação de modelos (vivos ou mortos) uma fonte de desenvolvimento social. Com este fim, fundaram uma biblioteca e um museu, promoveram aulas noturnas, organizaram peças teatrais e saraus, além de terem publicado uma revista mensal.⁵ Algumas dessas atividades estavam diretamente relacionadas à educação das mulheres e nos indicam qual papel o *Parthenon* lhes destinava na “marcha civilizadora”. Entretanto, não pretendo apresentar um pensamento unívoco entre todos os membros da associação. Procurarei mostrar a *Sociedade Parthenon Litterario* como uma instituição construída dia a dia por seus membros. Esses membros, contudo, não se dedicavam exclusivamente a ela, tinham também seus projetos individuais, seus interesses mais ligados a outras esferas da vida. Os projetos do grupo se confundem com os projetos das pessoas que passaram por ele. O *Parthenon Litterario* era feito, assim, de pequenos projetos, de jogos de influências e legitimidades, de uma série diversificada de assuntos externos a ele. Além disso, criou novas possibilidades de atuação social a seus membros, na medida em que estabeleceu novos espaços de discussão e debate na cidade de Porto Alegre. Essas possibilidades eram viabilizadas ou não pela adequação ou inadequação de cada projeto pessoal à ideia geral da instituição e aos demais projetos em disputa em cada momento. Era o cruzamento e a convergência de interesses dentro do *Parthenon* que tornava possível

³ Natalie DAVIS, 1997.

⁴ Lothar HESSEL, 1976.

⁵ A *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario* se compõe de quatro séries; a 1ª vai de março a dezembro de 1869; a 2ª, de julho de 1872 a maio de 1876; a 3ª, de agosto de 1877 a janeiro de 1878; e a 4ª, de abril a setembro de 1879. Nesse período, as tipografias encarregadas de sua publicação variaram. Também ocorrem pequenas variações no nome do periódico. Ao longo deste artigo, me referi a ela apenas como *Revista do Parthenon Litterario*, ou simplesmente como *Revista*. Do mesmo modo, doravante a grafia das citações da revista foi modernizada para fins de facilitação da leitura.

o sucesso de certas bandeiras, e não de outras. Em nenhum momento houve total afinidade entre os membros do grupo.

Luciana de Abreu, no espaço dos saraus dessa *Sociedade* (espaço tipicamente feminino) e apropriando-se de uma conjuntura favorável à discussão sobre a educação feminina, envolveu-se em um episódio capaz de nos fazer refletir a respeito dos meios de inserção das mulheres na vida pública do país e dos pactos firmados com outros agentes sociais para que tal inserção fosse possível. Vamos a ele.

Em julho de 1869, pouco mais de um ano após a fundação do *Parthenon*, foi publicado na revista da *Sociedade* um parecer sobre a tese “A influência da mulher sobre a civilização”, redigido por Nicolau Vicente Pereira. Em tal parecer, o autor pregava a importância da mulher na “marcha progressiva da humanidade”, já que como mãe, influenciava seus filhos. Cobrar a inclusão da instrução feminina na problemática política da época era, para ele, uma necessidade – não só uma necessidade política, mas uma necessidade moral: “Se os governos em suas reformas políticas tivessem em consideração a educação da mulher, ela, pela sedução e docilidade de que é dotada, pelo santo sacerdócio a que está destinada, seria um instrumento ativo no progresso da civilização”.⁶

Essa argumentação aparecia na maioria dos textos a respeito do papel da mulher na sociedade. A esposa e a mãe tinham competências naturais que as tornavam especialmente aptas para a educação. A educação, por sua vez, garantiria a boa formação dos futuros cidadãos da pátria:

A criança pertence à mulher, é um direito que a natureza sanciona e que a sociedade não deve preterir, e quem possui a criança tem o homem, a mão que embalou o berço continua a dirigir a vontade, implantando os germes das virtudes ou dos vícios na alma de seus filhos, as mães são artistas dos destinos deles, as degenerações são raras, a regra é que o homem é o fruto da infância, a semente da educação materna ou madrastra, sã ou traiçoeira.⁷

Mulheres bem-educadas teriam mais condições de ensinar os filhos do Brasil, de inculcá-los valores essenciais para o crescimento do país e para a formação de homens políticos. Mas a *Revista do Parthenon Litterario* não escrevia apenas sobre as mulheres; também escrevia para as mulheres: eram elas um importante público para a literatura no século XIX.⁸ No texto abaixo, Iriema, pseudônimo adotado por Apolinário Porto Alegre, um dos mais influentes sócios do grupo, convidava as mulheres a darem acolhida ao *Parthenon*:

⁶ Nicolau Vicente PEREIRA, 1869, p. 24.

⁷ Luís Alves Leite BELLO, 1875, p. 14.

⁸ Marco MOREL e Mariana BARROS, 2003, p. 60.

Se as preocupações sérias desse tempo, em que a mocidade envelhece aos vinte anos, e traz a ruga da meditação na fronte em vez do verde sorriso da primavera, não vos deixarem bastante espaço para a leitura amena, se a gravidade dos diferentes mistérios não puderem distrair, deponde sobre a mesa o livro do *Parthenon*, dísticos de seus trabalhos e esforços. Tendes razão de não lê-lo. **Porém logo uns dedos trêfegos e curiosos virão folheá-lo e talvez que uns lábios ainda saturados de frescura infantil e sem o descor do ceticismo lhes murmure em segredo: - Bem vindo sejam!** ⁹

⁹ IRIEMA, 1872, p. 3, grifos meus.

Humildemente, o autor pedia passagem, entre os outros tantos interesses aparentemente considerados mais importantes no mundo dos homens, mas acreditava na boa recepção que as mulheres dariam à revista: elas às quais nada das preocupações masculinas do dia a dia cabia entender, elas sim podiam dar alento ao *Parthenon*. E continuava:

Sim, a *Revista* é para vós criatura sublimes, inimigas juradas das fórmulas secas da ciência e da álgebra dos princípios. O homem aclimatado às abstrações pode viver sem ela, a discussão da imprensa diária pode satisfazê-lo em sua avidez pelas questões que se ventilam, mas vós, não. Filhas dum enlevo poético de Deus, amantes apaixonadas por instinto e por afinidade das flores, quereis vê-las desabrochar até no estilo. [...] Quando quiserdes compreender o supremo arquiteto do mundo, não é por certo nas sábias dissertações dos doutores da igreja, nem no argumento musculoso da filosofia, é na aurora que desponta, na campina que floresce e no céu que rutila, é antes nas melodias melancólicas de Lamartine ou Chateaubriand. Se a *Revista do Parthenon* puder inspirar sentimentos generosos e doutrina profícua às filhas do Rio Grande, seus votos serão satisfeitos, sua missão preenchida.¹⁰

¹⁰ IRIEMA, 1872, p. 3.

As ciências e os outros saberes sérios que o século XIX produziu não seriam as melhores fontes de informação para as mulheres, seres considerados frágeis e delicados. Em suas angelicais doçuras, as mulheres deviam ser instruídas através de textos igualmente angelicais e doces – ao menos na forma. Eram os textos poéticos e literários aqueles capazes de enlevar e educar as mulheres.

Na *Revista do Parthenon*, o público feminino aparecia ao mesmo tempo como um grupo cuja instrução era fundamental para o futuro da pátria e como aquele que poderia garantir a subsistência do próprio periódico e de uma parte das atividades promovidas pelos partenonenses.

Em fevereiro de 1873, José Antonio do Valle Caldre e Fião, renomado médico rio-grandense, membro do Partido Liberal, ex-deputado e ex-integrante do Instituto Histórico e

Geográfico da Província de São Pedro, àquelas alturas membro do *Parthenon Litterario*, publicou na *Revista* um esboço biográfico da escritora rio-grandense Rita Barém de Mello, no qual a comparava a outras escritoras locais: Amália Figueiroa, Maria José e Eurydice Barandas. Na *Revista*, costumava-se publicar biografias de personalidades consideradas virtuosas e essa, assim como as outras, tinha o objetivo pedagógico de levar exemplos de conduta às gerações vindouras,¹¹ de modo que as escritoras citadas eram consideradas modelos a serem seguidos pelas moças e mães de família:

¹¹ Alexandre LAZZARI, 2004, p. 69.

Numa sociedade nascente, ou entregue aos labores da guerra, estas rio-grandenses cantavam a natureza; e enquanto a primeira [d. Maria José] descrevia o que a maternidade tem de mais sublime e santo, a segunda [Eurydice Barandas] segredava o íntimo de sua alma, os seus amores íntimos à geração de então, e diziam que a mulher, mais delicada e sensível, e por isso mais impressionável que o homem, pode como este ocupar-se, e com mais vantagem, do estudo da natureza [...]. A nossa mocidade feminina que tanto carece de educação e de instrução, de cujas boas disposições tanto abusamos, porque não terá na galeria do *Parthenon*, também modelos de virtudes domésticas, de virtudes cívicas e de encendrado amor pela ciência?¹²

¹² José Antônio do Valle CALDRE E FIÃO, 1873, p. 49.

Na biografia escrita por Caldre e Fião, Rita Barém de Mello foi descrita como uma mulher que teria tido muito mais possibilidades de desenvolver seu potencial literário, não fosse pela precariedade como conduziu seus estudos. Apesar do seu “talento precoce”, do “modo de explicar-se na linguagem métrica”, o que, para o velho médico significava que “tinha uma alma para os sentimentos delicados”, a escritora não teria recebido a educação ilustrada suficiente para lhe colocar no patamar de distinção “[...] a que teria direito com mais cultura”. Para Caldre e Fião, Rita era uma personalidade “[...] apta para o estudo, **formada para ser cultivada e útil** aos que dela em torno estivessem. Era o que se chama uma **aptidão digna de ser dirigida e animada**”.¹³ Segundo a concepção de civilização transmitida pelo *Parthenon* em seus textos, toda pessoa, mulher ou homem, necessitava de esforço e dedicação para atingir alto nível de saber e cultura letrada. A ilustração, fruto do trabalho e da leitura diários, dava destaque e glórias à pessoa que a cultivava e à nação que a formou. Além disso, havia a crença em uma “pedagogia da imitação”: os textos biográficos trariam exemplos às futuras gerações, mas, igualmente, os modelos transmitidos no cotidiano eram fundamentais para o desenvolvimento de cidadãos brasileiros:

¹³ CALDRE E FIÃO, 1873, p. 52, grifos meus.

A vida dos cidadãos beneméritos de uma nação é a melhor página de sua história. É a um tempo a voz da gratidão com que ela reconhece os serviços que lhe foram prestados, e o exemplo que apresenta aos olhos da nova geração para que procure imitá-lo. Feliz da nação que, comemorando as ações ilustres de seus filhos não tenha de cobrir o rosto envergonhada de haver pago com a injustiça e com o esquecimento os serviços feitos com dedicação e amor!¹⁴

¹⁴ Augusto SOUSA, 1874, p. 233.

Um passo importante na jornada educativa da *Sociedade* foi a realização de saraus, iniciada na noite de 17 de junho de 1873. O primeiro a subir na tribuna foi o sócio Vasco de Araújo e Silva, que discursou sobre a educação das mães de família. Já nesta ocasião, “diversas senhoras tomaram parte” da festa. Tais eventos, a partir de então, tiveram realização mensal e, de acordo com as crônicas da revista da *Sociedade*, a cada encontro o número de senhoras presentes aumentava.

Segundo o cronista anônimo da edição de outubro de 1873 da *Revista do Parthenon Litterario*, os saraus se destinavam à educação das mulheres, o que era considerado uma “missão civilizadora”.¹⁵ Eles deveriam ser, ao mesmo tempo, uma diversão e um ritual pedagógico. Através de um momento agradável oferecido ao “belo sexo”, esperava-se transmitir às mulheres educação condizente com sua condição de mãe e esposa dos vultos da pátria:

¹⁵ CRÔNICA, 1873, p. 185.

O sarau do Parthenon é pretensamente a diversão mais agradável e mais simpática ao belo sexo porto-alegrense. Ali não se vão ouvir as conversações tediosas e frívolas dos bailes, não se vai ter o cansaço das valsas inglesas, nem as constipações resultantes do excesso de dança. Ali o espírito alheia-se completamente às preocupações ligeiras e banais da vida, e sente como que elevar-se a um mundo casto de ilusões, nas asas cândidas da poesia e da música, essas duas expressões do que há de divino em nós.¹⁶

¹⁶ CRÔNICA, 1874, p. 646.

Caldre e Fião, porém, nos esclarecem com mais precisão a que vinham os saraus e qual sua posição no projeto educativo da *Sociedade Parthenon Litterario*. Segundo ele, os parthenonenses, ao pensarem em oferecer esse momento de reunião para as famílias dos sócios, temeram por perder o que era a principal característica do grupo: a educação.

Para que a modificação dos rumos da instituição não ocorresse, a associação dos saraus à educação da mulher foi a peça que faltava no quebra-cabeça instrutivo do grupo:

Tinha aparecido no *Parthenon Litterario* a ideia dos saraus, reunião de famílias dos sócios para um

entretenimento de dança e de algumas leituras ou recitações; era uma cousa que trazia seus inconvenientes e o mais palpável, **era o descuido do fim principal da instituição, podendo ela degenerar, em sociedade de dança.** Esta consideração fez recuar alguns prestantes membros da casa, mas enfim, foi melhor estudado o pensamento, resolveu-se que se dariam os saraus tendo por fim reunir o belo sexo para ouvir *uma preleção*, e entre os prazeres ginásticos da dança, e da reunião familiar ouvir discursos e poesias, que lhe doiravam o entendimento.¹⁷

¹⁶ Sandra CARELLI, 1997; Elizabeth LEAL, 1996; Guacira Lopes LOURO, 1987.

¹⁷ CALDRE E FIÃO, 1874, p. 794. Itálicos no original, negritos meus.

Alguns trabalhos têm apontado para a relação entre discursos e práticas educativas destinadas às mulheres no século XIX e o ideário positivista, que foi presença marcante no Rio Grande do Sul.¹⁸ Esse pensamento propunha que a educação feminina ocorresse de acordo com características supostamente específicas à mulher: considerada naturalmente diferente do homem, sua educação deveria ser voltada para o seu papel específico dentro da sociedade. Sobre isso, Sandra Carelli afirma que

[...] para o positivismo, o matrimônio deveria ter como finalidade principal o aperfeiçoamento mútuo dos dois sexos e nada melhor do que reservar à mulher – marcada pelas características morais – o controle e direção dessa tarefa. As esposas deveriam ser responsáveis pela constituição altruística do casamento. Para tanto deveriam: disciplinar o impulso carnal, mantendo moderados os apetites sexuais, de forma a não degenerar a existência doméstica; regenerar a sociedade através da transformação e educação dos indivíduos no lar e renunciar a toda pretensão de mando, ao trabalho e à riqueza para preservar sua superioridade moral, ou seja, deveria restringir sua existência ao santuário doméstico.¹⁹

¹⁹ CARELLI, 1997, p. 96-97.

Durante a segunda metade do século XIX, o positivismo encontrou terreno fértil entre os intelectuais brasileiros que desejavam construir uma nação a partir de bases modernas e do progresso científico.²⁰ É importante, no entanto, ter a compreensão de que a filosofia positivista não foi simplesmente “transportada” para o Brasil tal qual Comte a propunha na Europa. Os brasileiros provocaram, a partir dessas ideias, intensos debates a respeito de qual interpretação da doutrina e tomada de posição favorável a alguns referenciais *comteanos* melhor atendia aos interesses e necessidades próprios ao Brasil. Elizabeth Leal afirma que

[...] a incipiente burguesia urbana brasileira ‘(...) filha de comerciantes burocratas e militares’, procurou consolidar-se exatamente sobre a contestação ao

²⁰ Angela ALONSO, 2002.

escravismo, à monarquia e ao liberalismo, princípios que entravavam seu caminho de inserção no capitalismo internacional. Assim, no Brasil, diferentemente do contexto europeu, os ideais do Positivismo vieram ao encontro de preocupações político-sociais modernizantes.²¹

²¹ LEAL, 1996, p. 79.

O romantismo, por sua vez, também tinha entre suas temáticas principais a família burguesa e, por conseguinte, a atuação feminina nessa nova sociedade que era construída. Surgido com a ascensão do individualismo, o romantismo participou da redefinição da condição da mulher no mundo social. Convém lembrar, ainda, que era comum os jornais daquele período dedicarem espaço ao tratamento de questões como a instrução pública e a educação feminina. Tratava-se de uma problemática típica da época, e a imprensa não se furtava em veicular os padrões de comportamento desejados às mulheres. O papel da mulher na sociedade brasileira e a necessidade da educação feminina era um tema de debates intensos no período, e o *Parthenon* se integrou a esses debates, reinterpretando algumas das premissas mais aceitas na época e propondo novas. Ele se aproximou e se afastou das ideias que compunham esse repertório na medida em que elas se aproximavam ou se afastavam de seu projeto de nação. Além disso, cada membro do grupo tinha uma visão peculiar sobre os encaminhamentos a serem dados no que concerne à educação feminina. O ponto de união entre eles era a necessidade de instruir a mulher, cujo papel era fundamental para o futuro do país.

Podemos inserir os saraus do *Parthenon* dentro do objetivo mais geral da *Sociedade*, ou seja, eles, assim como o restante de suas realizações, tinham por intuito oferecer um espaço de debates que possibilitasse a discussão e divulgação de ideias educativas. O espaço dos saraus, contudo, carregava uma peculiaridade que não pode ser desconsiderada: tratava-se do local por excelência da sociabilidade feminina. Era nos saraus, especificamente, que as jovens seriam postas em contato com as ideias e os projetos do grupo.

Salões e saraus eram comuns no Brasil do Segundo Reinado e os mais importantes ocorreram na Corte.²² Os passatempos organizados para tais eventos também costumavam seguir um padrão comum, com jantares, declamações de poesias e execuções ao piano. Seu objetivo principal era proporcionar um momento agradável entre interlocutores que pretendessem “cultivar as artes e o espírito”. De acordo com a bibliografia sobre o tema, os participantes eram em geral membros da elite, que, com isso, exibiam todo seu refinamento e bom gosto.²³ Alguns cronistas e

²² NEVES e Humberto MACHADO, 1999, p. 332.

²³ NEVES; MACHADO, 1999; Jeffrey de NEEDEL, 1993; e Wanderley PINHO, 1942

²⁴ NEVES; MACHADO, 1999, p. 333.

viajantes da época já falavam sobre o polimento e as boas maneiras das altas classes brasileiras que frequentavam esses espaços.²⁴

Outra característica dos salões e saraus era o caráter intermediário entre o público e o privado. Como, em geral, ocorriam em casas particulares (em outros casos aconteciam em salões de sociedades dançantes, por exemplo), mantinham o aspecto mais familiar, também reforçado pelo fato de que os convidados costumavam ser amigos próximos. Entretanto, a abertura a pessoas que não pertenciam ao núcleo familiar burguês trazia consigo um caráter público, no sentido de que extrapolava o espaço doméstico e expunha a família aos olhares alheios:

[A interiorização da vida doméstica] deu-se ao mesmo tempo em que as casas mais ricas se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos. As salas de visita e os salões – espaços intermediários entre o lar e a rua – eram abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas. Nesses lugares, a idéia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos 'outros'.²⁵

²⁵ D'INCAO, 2004, p. 228-229.

Os salões e saraus constituíam-se, assim, em espaços nos quais os homens da elite brasileira podiam “exibir” suas esposas à sociedade. Neles, essas senhoras mostravam seus talentos ao piano, ou recitando versos: “[...] não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade”.²⁶

²⁶ D'INCAO, 2004, p. 228.

Os saraus organizados pelo *Parthenon Litterario* também promoviam um ambiente no qual a música e a poesia eram componentes fundamentais, e as senhoras que deles participavam podiam, como no resto do país, mostrar suas habilidades artísticas. Em geral, os cronistas que comentavam os eventos promovidos pelo *Parthenon* costumavam elogiar as participações das mulheres que tanto “abrilhantavam” a festa promovida pelo grupo. Nesse sentido, esses saraus se assemelhavam aos que ocorriam com frequência na corte e em outras províncias do Brasil. Um local de conversas que “engrandeceriam o espírito” e no qual as mulheres apareceriam para enobrecer e honrar seus maridos.

As mulheres recitavam poesias, tocavam piano e faziam apresentações de canto, entretanto, ao mesmo tempo que serviam de exemplo umas às outras, reforçando o significado daquele papel social na sociedade brasileira do oitocentos, aumentavam seu próprio grau de educação. Assim como Rita Barém de Mello não teve as condições necessárias para integrar-se aos cânones, devido, na opinião de Caldre e Fião, à qualidade da instrução pública no Rio

Grande do Sul (e no Brasil, afinal), as demais mulheres também precisavam retomar a cada dia o exercício que a boa educação requeria. A civilização necessitava de treinamento e vigilância.

Luciana de Abreu nasceu em Porto Alegre, em 11 de julho de 1847, e foi abandonada pelos pais na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia dessa cidade. Essa triste sorte, porém, não a acompanhou para sempre: foi adotada pela humilde família de um guarda-livros e, dedicando-se de maneira “quase doentia” aos estudos, Luciana chegou a ser reconhecida por seus companheiros como “[...] a primeira mulher no Brasil que subiu à tribuna de conferências públicas, para falar de assuntos sociais”.²⁷

²⁷ Múcio TEIXEIRA, 1921, p. 187.

Já casada e mãe de dois filhos, Luciana formou-se na Escola Normal e tornou-se professora de primeiras letras na capital rio-grandense. Um tempo depois de ter iniciado sua atividade letiva, seu caminho se cruzou com o do *Parthenon*. Os saraus já aconteciam há cerca de cinco meses, quando Luciana foi aprovada sócia do grupo, em reunião de 15 de dezembro de 1873.²⁸ Alguns dias depois, por ocasião do sexto sarau promovido pela associação, Luciana proferiu discurso que consternou a todos. Nele, convidava as mulheres presentes a pensar sobre sua condição e explanava sua própria posição: era desejável que as mulheres se instruissem e fundamental que elas pudessem, assim como os homens, fazer um curso superior.

²⁸ ACTAS das sessões do *Parthenon* Litterario, 1924, p. 251-262.

Na tribuna do *Parthenon*, diante de senhoras e jovens mulheres, perante, também, homens, que desta vez se sentavam para escutá-la, Luciana falou:

*Minhas senhoras, nós temos sido vítimas dos prejuízos das preocupações do século; nós temos sido olhadas como seres à parte na grande obra da regeneração social, quando sem nós impossível seria à humanidade aperfeiçoar-se e progredir; porque nós somos mães e o primeiro e mais íntimo vago da infância do homem recebemo-lo nós em nosso seio, dispensando-lhe os cuidados que são a nossa vigília, as nossas lágrimas, as nossas dores e alegrias, o nosso amor enfim. [...] o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar é, de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecermos, de exercer as profissões a que nossas aptidões nos levarem.*²⁹

²⁹ Luciana de ABREU, 1873, p. 536-538, grifos meus.

Caldre e Fião, na crônica daquele mês da *Revista do Parthenon Litterario*, afirmou que o discurso de Luciana teria surtido efeito em toda a cidade.³⁰ Ela se tornava a nova menina dos olhos do médico, que reconhecia na professora o exemplo vivo a ser levado às mulheres rio-grandenses.

³⁰ CALDRE E FIÃO, 1874, p. 794.

Luciana vinha a ser a peça que faltava no projeto civilizador para as mulheres rio-grandenses: todo o perfil apresentado pela professora era justamente o desejado para servir de referência às demais.

Como foi visto, eram muito comuns as participações de mulheres nos salões e saraus com apresentações musicais e recitação de versos. Era até esperado o momento em que elas subiriam à tribuna e “agraciariam” a todos com sua “doçura” e “sensibilidade”. Não se pode dizer o mesmo, porém, das participações femininas na tribuna, aos moldes das que foram vivenciadas por Luciana em dezembro de 1873 no sarau da *Sociedade Parthenon Litterario*. A diferença estava no conteúdo do discurso de Luciana: a professora reivindicava a liberdade de instrução e de trabalho para as mulheres. Entrava, assim, na seara política, ainda proibida à maioria das mulheres: “se as investidas libertárias dos moços eram toleradas, o mesmo não acontecia com os ímpetos de liberdade das moças”.³¹

³¹ Norma TELLES, 2004, p. 421.

Encontramos inúmeros exemplos de mulheres que sofreram preconceito por se envolverem em discussões políticas durante o Segundo Reinado. O caso da professora maranhense Narcísia Amália de Campos é bastante representativo disso: com a publicação de seu livro repleto de ideias liberais, Narcísia recebeu duras críticas dos jornalistas contemporâneos. Dizia-se, então, que, “[...] perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza”.³² Norma Telles interpreta essas declarações dos periodistas como “um duplo padrão da crítica, isto é, critérios diferenciados para julgar ou comentar obras de homens e obras de mulheres”. Além disso, “[...] nota-se que para esses críticos as escritoras deveriam permanecer no ‘seu lugar’; aquele lugar que lhes era atribuído e se situava bem longe da esfera pública, com suas lutas e batalhas para modificar a sociedade”.³³

³² FERREIRA, C. APUD TELLES, 2004, p. 422.

³³ TELLES, 2004, p. 422.

Apesar da singularidade de sua participação na tribuna do *Parthenon*, não se pode dizer que Luciana estava sozinha na luta por direitos das mulheres, nem que seu discurso era único: no Brasil do século XIX encontramos diversos exemplos de mulheres que, a despeito dos discursos dominantes a respeito dos padrões de comportamento desejados para elas, trataram abertamente de temas políticos. Talvez um dos exemplos mais conhecidos, além de Narcísia Amália, seja o de Nísia Floresta. O interessante no caso de Nísia Floresta é observar as semelhanças e os encontros com a trajetória de Luciana: nascida no Rio Grande do Norte, também ela fora professora, publicara escritos na imprensa e assumira a luta pelo direito das mulheres de acesso ao ensino superior.

Chama a atenção também a semelhança entre os pensamentos das duas mulheres. Sobre o pensamento de Nísia Floresta, Norma Telles comenta:

A situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: **como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela.** É contra essa situação que a autora se coloca. [...] **também discorda de as mulheres terem sido criadas para 'escravas dos homens'**, com uma única obrigação, a de serem submissas e agradar a eles. E termina exortando as mulheres a mostrarem 'pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação', de quanto seriam capazes se lhes fizessem justiça.³⁴

³⁴ TELLES, 2004, p. 406, grifos meus.

Podemos observar, tanto em uma como na outra, a tese de que a mulher só não tem mais realizações na sociedade porque foi excluída do processo educativo. Ainda na fala de Nísia Floresta está presente a ideia de que a mulher não deve ser um mero objeto a serviço das necessidades do homem. Estes dois pensamentos encontram-se expressos de forma clara nas seguintes palavras de Luciana de Abreu:

Nós temos sido caluniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes cometimentos, que somos de inteligência fraca, de perspicácia mesquinha; e que não devemos passar de seres caseiros, **de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem**; quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróis da humanidade; [...] Entretanto, na apreciação da virtude das mulheres, põe-se em relevo a injustiça dos homens. [...] **Quererão que sejamos instruídas e sábias, fechando-nos as academias, os pórticos dos templos da ciência? Quererão que sejamos todas imaculadas, quando a mocidade masculina se perverte impunemente logo nos primeiros anos, desde que abandonando o seio de suas mães, vai para o domínio dos pais? Quererão de nós os grandes cometimentos, as empresas arrojadas, quando se incumbem de pensar por nós e vedam-nos todos os meios, quer materiais, quer políticos ou morais?**³⁵

³⁵ ABREU, 1873, p. 536-538, grifos meus.

Sabe-se que Nísia Floresta chegou a viver no Rio Grande do Sul no ano de 1838 e que seu livro *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens* foi publicado, na época, apenas em três cidades do Brasil, entre as quais, Porto Alegre.³⁶ Pode ser precipitado julgar que houve uma

³⁶ TELLES, 2004, p. 405.

³⁷ TELLES, 2004, p. 426.

influência direta do pensamento da professora do norte sobre a do sul, entretanto não se pode desconsiderar que a própria Luciana de Abreu incluía a obra de Nísia Floresta entre as leituras fundamentais para as mulheres de sua época,³⁷ o que indica que a sul-rio-grandense não só tinha conhecimento, como havia lido a escritora do norte.

³⁸ TELLES, 2004, p. 406.

Ainda em Porto Alegre, em 1836, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas escreveu o livro *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, que publicou somente em 1845. Suas ideias têm muita semelhança com as de Nísia: “deve ter lido o livro de Nísia Floresta, talvez conhecido Nísia pessoalmente quando morou em Porto Alegre”.³⁸ Alguns autores apontam para a existência mesmo de uma “rede de mulheres” no Segundo Reinado brasileiro.³⁹ A ideia de “rede” é bastante profícua: é possível que elas conhecessem as obras e a atuação umas das outras. Uma boa mostra disso é o jornal *A família*, fundado em 1888 por Josefina Álvares de Azevedo no Rio de Janeiro, periódico que se destacou por permitir apenas a colaboração de mulheres em suas páginas:

³⁹ TELLES, 2004, p. 426; prenome SOARES citado por Guacira Lopes LOURO, 1987, p. 28.

[...] as escritoras que faziam parte do quadro de colaboradoras de *A família* enfatizavam igualmente em seus artigos que **somente através de uma educação completa poderiam as mulheres conquistar o lugar de destaque que, por direito, lhes cabia na sociedade**, tanto dentro como fora do lar. Algumas dessas colaboradoras, como Narcísia Amália (1852-1924), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Inês Sabino (1853-?), eram **escritoras e poetisas de renome**, enquanto outras, como Amália Franco (1859-1919), destacavam-se por sua **excelência como educadoras**. A maior parte delas residia no Rio de Janeiro ou em São Paulo, mas muitas também enviavam suas colaborações de outras partes do país, como Revocata Heloísa de Melo (1860-1945) e Julieta de Melo Monteiro (1863-1928), do Rio Grande do Sul, Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944) e Maria Clara Vilhena da Cunha (séc. XIX-?), de Minas Gerais e Maria Amélia de Queiroz (séc. XIX-?), de Pernambuco.⁴⁰

⁴⁰ TELLES, 2004, p. 487, itálicos no original, negritos meus.

Em primeiro lugar, observa-se, no trecho acima, que a problemática da educação superior para as mulheres não era uma peculiaridade de Luciana de Abreu em seus discursos no *Parthenon*, mas algo que de fato era pensado e discutido por mulheres em diversas partes do país. As datas de nascimento das colaboradoras de *A família* citadas acima apontam para um período em que essa problemática se acentuou, embora seja precipitado falar em uma geração. Pensar na existência de uma “rede”,

contudo, não parece impossível, haja vista a diversidade de locais de proveniência das escritoras do periódico. Não seria absurdo aventar que a própria ocupação dessas mulheres (o magistério) as pusesse em contato umas com as outras e, por conseguinte, com suas ideias e projetos.

Apropriando-se dos espaços destinados às diversões e exposições femininas, os saraus, e transformando-os em espaços nos quais a discussão política era possível às mulheres, Luciana de Abreu, em sua fala, serviu-se de valores da época associados ao papel da mulher (por exemplo, a maternidade) e, a partir deles, constituiu, juntamente com muitas de suas contemporâneas, novas maneiras de pensar o lugar da mulher na sociedade brasileira. Sua fala, eminentemente política, como vimos, tinha equivalentes em outras partes do Brasil – mas estava longe de ser corriqueira. Ela talvez se encontre em meio às possibilidades limítrofes entre o aceitável e o inaceitável, ao menos para o Rio Grande do Sul. Não consta que a professora tenha recebido ataques diretos em razão do conteúdo de seu discurso, porém muitos comentários acerca dele circularam pela cidade, como nos informou Caldre e Fião.⁴¹

Antes de ser um médico, Caldre e Fião era um letrado interessado em pensar e estudar o progresso do país⁴² e viu em Luciana de Abreu o exemplo ilustrativo das qualidades que uma mulher do futuro, na sua concepção, deveria ter. Outros membros do *Parthenon* também se interessaram de imediato pelos modelos concretos que a “humilde” e “esforçada” professora poderia oferecer à mocidade feminina:

Era o tipo perfeito de mulher educada. Apesar de ser uma professora de nomeada, que honrava o magistério da nossa terra, D. Luciana estudava até um pedaço da noite, debruçada sobre os livros. A ânsia de saber dessa moça parecia já uma doença. [...] Ela viverá, pois, na lembrança de todos que a conheceram como **um belo tipo de mulher rio-grandense**. Pela graça e vivacidade de seu espírito, pela maneira de dizer o que sentia, eu acho, muitos pontos de contato, entre ela e a gloriosa madame de Girardin.⁴³

Luciana de Abreu era cunhada como “um tipo de mulher rio-grandense”, servindo, com seu exemplo, para constituir uma identidade regional feminina. As descrições feitas acerca de Luciana costumam enfatizar o esforço e a dedicação da professora, que somente dessa forma conseguiu se destacar por sua inteligência:

Muitas vezes, eu a encontrei com os seus livros na mão, em caminho da Escola Normal, onde estudava, se

⁴¹ CALDRE E FIÃO, 1873, p. 553.

⁴² O médico chegou a ser colaborador, com textos sobre o fim do trabalho escravo, do periódico *O Auxiliador*, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Essa instituição recebia verba oficial do Império brasileiro e seus membros, muitos deles políticos dos mais importantes para o período, se preocupavam em formular reformas de cunho econômico para o Brasil (José CARVALHO, 2003, p. 52-53).

⁴³ PORTO ALEGRE, 1923, p. 13, grifos meus.

destacando de todas as outras companheiras pelo amor ao trabalho. [...] Estudava por gosto, espontaneamente, sem ser preciso que ninguém lembrasse os seus deveres. Na aula primária, onde estudou as primeiras letras, se pôs logo em evidência pelo talento e aplicação.⁴⁴

⁴⁴ PORTO ALEGRE, 1923, p. 11.

Embora concordassem em tomar a professora como modelo vivo para a educação feminina, os parthenonenses discordavam quanto ao sentido que este modelo deveria ter. Entre as diversas vozes que procuravam avidamente conferir sentido à preleção de Luciana de Abreu, os projetos da própria professora quase desaparecem por completo.

Passada a primeira surpresa após o discurso proferido por Luciana, o *Parthenon* tratou de se apropriar do acontecido e orientar o significado de como ele deveria ser lido no futuro. Em janeiro de 1874, um mês após o pronunciamento do discurso, a professora recebeu uma “ovação”, ocorrida na sala de reuniões da *Sociedade*. Foi presenteada, na ocasião, com uma medalha de ouro, entregue pelo 2º orador do *Parthenon*, José Bernardino dos Santos. Apelles Porto Alegre, irmão de Apolinário, em seguida, ofereceu-lhe, em nome das senhoras da cidade, a quem representava, uma escrivadinha de prata e um ramalhete de flores. Luciana foi saudada, ainda, pelas duas outras associações literárias porto-alegrenses, *Ensaíes Litterarios* e *Culto às Lettras*.⁴⁵ Dona Maria José Coelho, que costumava recitar poesias de lavra própria nos saraus, desta vez o fez homenageando e agradecendo à professora.⁴⁶ Ao longo dos meses seguintes, seguiram-se comentários na revista da *Sociedade* e Luciana foi brindada com uma biografia escrita por Caldre e Fião, publicada na *Revista*, ao lado de seu retrato.

⁴⁵ PORTO ALEGRE, 1874, p. 599.

⁴⁶ COELHO, 1874, p. 645.

Pelo caráter das homenagens recebidas por Luciana após sua participação na tribuna, percebe-se uma tentativa, inicialmente, de consagrar a professora como prova de que o esforço e o estudo sempre são reconhecidos. Órfã, pobre e sem oportunidades, Luciana mesmo assim chegou a ser, segundo eles, a “primeira mulher do Brasil a subir na tribuna”. A tribuna era a recompensa pelos anos de dedicação, os presentes que recebia, uma prova de sua consagração. Luciana era transformada num exemplo para as mulheres rio-grandenses:

É uma simples, bem simples homenagem, a que oferece o *Parthenon* consagrando-vos a primeira parte deste sarau, e uma medalha de mérito como merecida homenagem a vossas virtudes, ilustração e talentos; mas, se é singela, se é pobre em seu valor intrínseco, é rica de significação e de patriotismo, porque importa a confirmação de um triunfo pela conquista do trabalho e da inteligência, e porque nesta

medalha perdurará glorioso o nome ilustre da primeira mulher, que no Brasil, calcando prejuízos arraigados, iniciou a propaganda emancipadora de seu sexo; porque atestará indelével a data em que lançastes à liça a luva macia e perfumosa, que nunca mais há de erguer senão para calçá-la uma mão livre.⁴⁷

⁴⁷ SANTOS, 1874, p. 627.

O *Parthenon* criava, assim, uma data simbólica, instituindo Luciana de Abreu como a primeira mulher a propagandear o que tantas outras já haviam feito. Tal ideia também está contida na poesia a ela oferecida por Maria José Coelho: “Foste a primeira no Brasil, que ousando / Cheia de crenças depreender a voz, / Convicta e firme, sem temer tropeços... / Ecos bem santos despertaste em nós”.⁴⁸ Caldre e Fião, porém, que já em 1854 havia apresentado à Assembleia Provincial um projeto de educação feminina, conduziu a seu modo a simbologia da data. Na biografia que escreveu da professora, além do caráter de modelo a outras jovens rio-grandenses, o médico enfatizava o discurso de Luciana como uma vitória conquistada por ele próprio, quase um despeito:

⁴⁸ Maria José COELHO, 1874, p. 645.

Há vinte anos que propomos na assembléia desta província a *educação da mulher* pelo trabalho, há vinte anos que somos desouvidos. Hoje que estampamos a efígie de uma menina que, desvalida e sem nome, subiu pelo trabalho e pelo estudo os primeiros degraus do alcaçar [sic] das letras e visa entrar com a fronte levantada no templo, quase sentimos um prazer de benemérito triunfo sobre esses ignorantes que nos entravaram os passos de progresso com o sorriso estúpido do sarcasmo que tudo mata como o tempestuoso vento de *Simon*.⁴⁹

⁴⁹ CALDRE E FIÃO, 1874, p. 740.

O médico ainda expunha inteiramente o projeto que há tantos anos apresentara na Assembleia: a criação de asilos ou colégios rurais, nos quais as “meninas desvalidas” aprenderiam as primeiras letras e a tecelagem, desde a criação do bicho da seda, dos carneiros ou do plantio de algodão. Isso, segundo ele, faria as “mulheres agrícolas” se tornarem “boas esposas para os lavradores”; a “mulher do operário” deveria ser educada como o operário o era, preparada para as artes; por sua vez, a “mulher agradável” seria formada para ser um “honroso adorno da sociedade”, embora não produtiva. Cada classe social teria mulher condizente, e a educação adequada para cada uma delas garantiria o futuro do país, resguardando devidamente as hierarquias sociais.⁵⁰

⁵⁰ CALDRE E FIÃO, 1874, p. 740.

Agora entendemos que não era à toa seu entusiasmo ao ver Luciana de Abreu discursando. A professora, 20 anos depois, “provava” que seu projeto político estava correto. A “ovação”, segundo Caldre e Fião, também tinha sido obra

⁵¹ CALDRE E FIÃO, 1874, p. 795, grifos meus.

dele – ou, melhor dizendo, de sua esposa: “Uma comissão de Sras., **nomeada por minha querida consorte**, promoveu uma subscrição para honrar a representante digna de seu sexo, dando em presente a jovem oradora que memorasse a sua gratidão e aquiescência às idéias que havia emitido”.⁵¹ A consagração de Luciana de Abreu era, por consequência, sua própria consagração enquanto político e estudioso da economia do país. Após tantos anos, ele finalmente recebia, de alguma forma, a oportunidade de orientar a memória acerca de seus projetos. E Caldre e Fião não o fazia apenas nas entrelinhas do esboço biográfico, ele explicitamente anunciava a todos qual o entendimento mais apropriado dos eventos iniciados no sarau de 20 de dezembro de 1873:

O futuro tem o direito de perguntar ao presente quais as conclusões do discurso, da preleção de D. Luciana, no dia 20 de Dezembro de 1873, ante o auditório ilustrado do *Parthenon*. Vamos dá-las textualmente: ‘A sociedade moderna tende a reconhecer os direitos da mulher, abre campo ao seu desenvolvimento moral e intelectual. As universidades da Suíça e dos Estados Unidos, países livres, dão testemunho da capacidade intelectual da mulher. O Brasil deve acompanhar o movimento progressista e civilizador da época. Deve abrir os cursos científicos, ao sexo feminino e animar a sua vocação nas ciências, nas artes e na indústria. A mulher educada e convenientemente ilustrada é a que melhor preenche os deveres de sua sagrada e tríplice missão de filha, esposa e mãe. A sociedade que honra a mulher moraliza-se, a que a escraviza perverte-se. O Brasil caminhará desafiado no futuro para a sua civilização e engrandecimento, educando e elevando a mulher pela ciência e pela liberdade’.⁵²

⁵² CALDRE E FIÃO, 1874, p. 796.

O tom que Caldre e Fião dava aos acontecimentos envolvendo Luciana, contudo, não era comum a todos os partenenses. Houve mesmo aqueles que contestaram a lógica que o médico tentava empregar à preleção da professora, indicando que o evento, embora consenso entre os membros, não significava para todos a mesma coisa. Na verdade, o papel da mulher na futura sociedade brasileira era tema ainda em aberto nas discussões do grupo, e o aparecimento de Luciana de Abreu, discursando em plena tribuna do *Parthenon*, oferecia a oportunidade para que essa arena de lutas viesse à tona. O que se disputava era, antes de mais nada, o sentido que o fato deveria ter no futuro, que memória se queria construir daquilo:

A vida da distinta rio-grandense, tão cheia de nobres exemplos de amor ao trabalho, de constância ao estudo, de dedicação ao lar, de devotamento ao

ensino é a consagração da mulher que se compenetra do seu destino providencial. O entusiasmo do *Parthenon* por D. Luciana não é pois, um exagero; é sim um culto legítimo que conquista o talento, que se fez por si, que se encaminhou quase desprotegido e aureolou-se das mais castas virtudes domésticas. O biógrafo, porém, aproveitando a ocasião, externou mais uma vez o seu pensamento em prol da emancipação da mulher. Pela nossa parte, emitimos aqui em poucas palavras o nosso humilde juízo sobre tão importante problema. Divergimos do ilustrado Sr. Dr. Caldre e Fião.⁵³

⁵³ RIBEIRO, 1874, p. 827-828.

Hilário Ribeiro enfatizava o reconhecimento pelo esforço e pela dedicação. Embora não manifestando discordância das palavras de Luciana de Abreu no sarau de 1873 (ao contrário, ele chega mesmo a engrandecer o seu talento), discorda da construção que Caldre e Fião fez do evento: para o cronista, o médico exagerava em suas opiniões sobre a educação da mulher. Em pouco tempo, não se discutia mais o caso de Luciana, mas sim o destino das mulheres brasileiras e seu papel na formação da pátria:

essa emancipação absoluta que S.S. proclama seria nociva, tornar-se-ia uma chaga social; dizemos ainda, seria uma inversão, o rebaixamento de um sexo, cuja missão deve ser toda educadora, benéfica e moral. Não queremos-la também como os adeptos das teorias de Stuart-Mill. Os extremos são prejudiciais. A sociedade moderna quer a mulher livre, primorosamente educada, responsável de sua dignidade; mas sempre filha, mãe e esposa, porque este é o tríplice diadema de sua glorificação. Fora do lar, só antevemos uma nova senda para a mulher brasileira; proclamar em favor de tão salutar medida, adotada já em países cultos, é adiantar uma vitória nacional. Para essa medida, ou antes para essa reforma urgentíssima voltem-se todas as vistas que desejam o engrandecimento moral do país. Imitemos os Estados Unidos, demos à mulher a instrução primária do sexo masculino; encarreguemola dessa missão, que se alia à sua natureza. Quem melhor do que a mulher poderá encarregar-se da educação infantil, ela que foi escolhida de Deus para sentir as alegrias e dores maternais? As excelências desta reforma apregoamos nós; mas as excelências da emancipação absoluta, negamo-las positivamente.⁵⁴

⁵⁴ RIBEIRO, 1874, p. 827-828.

Luciana de Abreu, que havia sido tão recentemente ovacionada, tornava-se na realidade pretexto para o embate de ideias políticas que não eram as suas. Suas palavras, que reclamavam a liberdade feminina, em nenhuma circunstância foram discutidas. A briga (cordial, como exigia a civilidade) era pelo que deveria ser lembrado e pela forma como deveria ser compreendida a emancipação feminina.

Luciana de Abreu tinha seus próprios pontos de vista sobre como deveria ocorrer a emancipação feminina. Vimos como suas palavras guardavam distância em relação às ideias dos outros parthenonenses que se manifestaram sobre a questão e, ao contrário, se articulavam às ideias de uma rede de mulheres brasileiras no século XIX. Sendo uma mulher letrada, provavelmente conhecedora dos escritos de outras de seu tempo, ela construiu um pensamento próprio a esse respeito, um pensamento que mantinha muitas das concepções sobre a mulher produzidas por seu tempo, mas que também buscava o afastamento das formas mais corriqueiras de pensar seu lugar no mundo, reclamando a possibilidade de estudar nas faculdades do Império e de escolher a própria profissão. Faltava-lhe, como a muitas outras do período, a oportunidade para que sua voz fosse ouvida.

O *Parthenon Litterario*, com seu/s projeto/s civilizador/es para o Brasil, e sendo um campo de abertas disputas acerca do sentido da educação feminina, foi o lugar onde a professora achou espaço para divulgar suas ideias. Não foi uma única vez ela que proferiu discurso na tribuna da *Sociedade*, diante de um auditório repleto de homens e mulheres e, em alguns casos, de autoridades provinciais.

Ela conseguiu se colocar, de forma habilidosa, nas brechas que os embates institucionais abriam. Embora houvesse, no período, uma série de discursos mais ou menos harmônicos a respeito do lugar da mulher na sociedade brasileira, havia entre eles divergências e mesmo oposições, e foi se aproveitando desses conflitos que ela encontrou espaço. Cerca de dois anos após seu primeiro discurso no *Parthenon*, Luciana de Abreu mais uma vez subia à tribuna:

Um dia apareceu nesta tribuna uma mulher tão fraca e obscura quanto o pode ser aquela que não tem um apelido dourado ao sol de cem batalhas, nem distinto nas lutas da inteligência, cujos pés se não apoiam no bezerro da moderna Babilônia, nem a fronte aureolada pela coroa do gênio; pois bem, o *Parthenon* não desdenhou a sua fraqueza, nem sorriu ao ver a sua ousadia; abriu-lhe, de par em par, as portas de seu santuário como as do seu coração, confiou-lhe o que tinha de mais precioso – a sua tribuna – e prestou-lhe todo o apoio que essa ideia exigia. E se hoje alguém perguntar a essa mulher: - quem sois, e o que pretendeis? ela de certo responderá comovida: - **sou filha do *Parthenon Litterario*, desejo ver a mulher na altura sublime a que a destinou a Providência; e ao *Parthenon* considero, como o mais denodado campeão, nesta santa cruzada do futuro.**⁵⁵

⁵⁵ ABREU: 1875, p. 231, grifos meus.

Em vista dos limites tão estreitos cedidos às mulheres brasileiras na segunda metade do século XIX, restava-lhe

aceitar o tácito acordo firmado com a Associação: Luciana de Abreu assumia o *Parthenon* como agente de sua consagração, e cumprindo sua parte nessa troca simbólica, consagrava a *Sociedade*. Não quero, contudo, com essa afirmação, concluir o artigo em tom desiludido. Ao contrário, penso que foi justamente seu lugar social às margens na sociedade oitocentista que permitiu sua subida à tribuna para cobrar modificações políticas na estrutura educacional brasileira: sendo ela uma mulher, os demais parthenonenses sequer perceberam o quão ameaçadora à ordem social (que eles insistiam em reiterar) a fala de Luciana podia ser. Enquanto se digladiavam entre seus próprios interesses, pouco se importavam e pouco debatiam o que a professora estava a dizer diante de tantas outras mulheres. Luciana de Abreu, como tantas outras mulheres de sua época, aproveitou-se das margens em que se encontrava e criou, a partir delas, suas possibilidades.

Referências

- ABREU, Luciana de. "Discurso na 7ª sessão aniversária do Parthenon Litterario". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 6, p. 231-234, jun. 1875.
- _____. "Preleção". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 12, p. 535-539, dez. 1873.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Actas das sessões do Parthenon Litterario - 1872. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestres, Anno IV, 1924. p. 197-252.
- BELLO, Luís Alvez Leite de Oliveira. "A instrução e o século". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 1, p. 1-20, jan. 1875.
- CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. "Crônica". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 12, p. 552-554, dez. 1873.
- _____. "Esboço biográfico: D. Luciana Maria de Abreu". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 6, p. 794-796, jun. 1874.
- _____. "Rita Barém de Mello". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 2, p. 49-52, fev. 1873.
- CARELLI, Sandra. *Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequados às mulheres na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COELHO, Maria José. "À D. Luciana de Abreu". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 2, p. 645, fev. 1874.
- CRÔNICA. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 2, p. 646, fev. 1874.
- _____. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 4, p. 185-186, abr. 1873.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- D'INCAO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.
- HESSEL, Lothar; VILAS-BÔAS, Pedro Leite; MARTINS, Ari; FERNANDES, Célio; TILL, E. Rodrigues; MACEDO, F. R.; MARIANTE, Hélio M.; FREITAS, Maria N. de; XAVIER, Paulo; LEITE, Thiago R. S. *O Parthenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.
- IRIEMA. "Introdução". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 1, p. 3-4, jul. 1872.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 2004. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. UNICAMP, Campinas, 2004.
- LEAL, Elizabeth. *O positivismo, o partido republicano rio-grandense, a moral e a mulher: 1891-1913*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Edurgs, 1987.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Nicolau Vicente. "Parecer sobre a tese seguinte: a influência da mulher sobre a civilização, desde os primeiros séculos até nossos dias, tem sido benéfica ou perniciosa?" *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 5, p. 23-25, jul. 1869.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.

PORTO ALEGRE, Achylles. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923.

_____. "Crônica". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 1, p. 599-600, jan. 1874.

RIBEIRO, Hilário. "Crônica". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 6, p. 827-830, jun. 1874.

SANTOS, José Bernardino dos. "Alocução: à Exma. Sra. D. Luciana de Abreu por ocasião da ovação, de que foi objeto, por parte do Parthenon Litterario". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 2, p. 624-628, fev. 1874.

SOUSA, Augusto Fausto de. "Apontamentos biográficos: o general José Fernandes dos Santos Pereira". *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n. 12, p. 233-241, dez. 1874.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. v. 2.

[Recebido em 8 de abril de 2014,
representado em 16 de abril de 2015
e aceito para publicação em 20 de maio de 2015]

Women and Public Life in Porto Alegre in the 19th Century

Abstract: This article analyses the confrontations experienced by the members of the Sociedade Parthenon Litterario, cultural association established in Porto Alegre in the second half of the 19th century, as an attempt to undertake the women's instruction in the São Pedro Province. The Society was a space where different interests concerning such matter converged, where different possibilities and projects for the future conflicted. In this power game in which cultural and political models were disputed, we can glimpse the strategies of the stronger or weaker parts involved to accommodate their ideas on the heart of the institution. The main sources used are the texts from the Society Magazine, the minutes of the group and the books of memories written by its members.

Key Words: Women's History; Women's Education; 19th Century.